

## LEGISLAÇÃO

Atualizado em 26/04/2022

| <b>BASE LEGAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>FEDERAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Constituição da República Federal do Brasil de 1988.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Lei 8.078, 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017 - Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.                                                                                                                                                                                 |
| Instrução Normativa SDA nº 10, de 3 de março de 2017 – Estabelece Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal – PNCEBT e a Classificação das Unidades da Federação de acordo com o grau de risco para as doenças brucelose e tuberculose, assim como a definição de procedimentos de defesa sanitária animal a serem adotados de acordo com a classificação. |
| <b>ESTADUAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de 05/10/1989.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Lei 1.232 de 10/12/1991 – Cria o Serviço de Inspeção Estadual.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Lei 4820 de 10/03/2016 – Dispõe sobre normas que regulamentam a obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal produzidos no Estado do Mato Grosso do Sul, destinados ao consumo e sobre matérias correlacionadas.                                                                                                                                                                      |
| Decreto n.14.756 de 12/06/2017 que regulamenta a Lei n. 4.820 de 10/03/2016.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Portaria Iagro n. 3.571 de 14/06/2017 - Dispõe sobre a execução das atividades do Decreto Estadual nº 14.756, de 12 de junho de 2017, relativo a obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal                                                                                                                                                                                         |
| Lei 3.823 de 21/12/2009 – Institui a Defesa Sanitária Animal no Estado de Mato Grosso do Sul.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Lei 4.518 de 07/04/2014 - Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009, que institui a defesa sanitária animal e dispõe sobre matérias correlatas.                                                                                                                                                                                                                                         |
| Lei 3.826 de 22/12/2009 – Institui taxas relacionadas ou decorrentes da atuação institucional da agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO).                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Portaria Iagro nº 3.626 de 02/10/2019 - Dispõe sobre o Credenciamento de Laboratórios para atender o Serviço de Inspeção Estadual – SIE/MS e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Decreto n. 15.550 de 19 de novembro de 2020, acrescenta dispositivos ao Decreto nº 14.756, de 12 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 4.820, de 10 de março de 2016, que dispõe sobre as normas que regulam a obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos no Estado de Mato Grosso do Sul, destinados ao consumo, e sobre matérias correlatas.                     |
| <b>REGULAMENTAÇÃO GERAL PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Lei 1283/50, regulamentada pelo Decreto Nº 9.013, de 29/03/2017 que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Lei 7.889 de 23/11/89 – Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Portaria MAPA nº 368 de 08/09/97 – Aprova o regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos elaboradores/industrializadores de alimentos.                                                                                                                                                                                                             |
| Portaria MAPA nº 046 de 10/02/98 – Manual genérico de procedimentos para APPCC em indústrias de produtos de origem animal.                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Resolução MAPA nº 09 de 22/05/2002 – Aprova o manual de auditoria do serviço de inspeção de produtos de origem animal / SIPA.                                                                                                                                                                                                      |
| Instrução Normativa MAPA nº 51 de 29/12/06 – Adota o regulamento técnico de aditivos, seus limites para carne e produtos cárneos.                                                                                                                                                                                                  |
| Instrução Normativa MAPA nº 22, de 24 de novembro de 2005 - Regulamento técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado.                                                                                                                                                                                               |
| Portaria/IAGRO/MS nº 2.796 de 22/05/2013 - Torna obrigatória a implantação de Programa de Qualidade e seus requisitos em estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no SIE/MS.                                                                                                                                      |
| Portaria IAGRO/MS Nº 3.196 de 08/09/2014 - Altera dispositivos da Portaria IAGRO/MS Nº 2796 de 22 de maio de 2013, que torna obrigatória a implantação de Programa de Qualidade e seus requisitos em estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no Serviço de Inspeção Estadual (SIE/MS), e dá outras providências. |
| Portaria/IAGRO/MS n.º 3297 de 09/03/2015 - Prorroga o prazo da 1ª e 2ª fases do quadro disposto no art. 6º da PORTARIA IAGRO/MS N.º 3196, de 08/09/2014, e dá outras providências.                                                                                                                                                 |
| Decreto Nº 2.181, de 20/03/1997, Ministério da Justiça- código de Proteção e Defesa do Consumidor.                                                                                                                                                                                                                                 |
| Instrução Normativa MAPA nº 04 de 31/03/2000 - RTIQ de CMS, de Mortadela, de Linguiça e de Salsicha.                                                                                                                                                                                                                               |
| Instrução Normativa MAPA nº 34 de 28/05/2008 - Aprova o regulamento técnico da inspeção higiênico sanitária e tecnológica do processamento de resíduos de animais e o modelo de documento de transporte de resíduos animais.                                                                                                       |
| Portaria ministério da saúde nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.                                                                                                                                |
| Portaria INMETRO nº 157, de 19 de agosto de 2002 - Regulamento Técnico Metrológico que estabelece a forma de expressar o conteúdo líquido a ser utilizado nos produtos pré-medidos.                                                                                                                                                |
| Portaria IAGRO/MS Nº 639, de 10 de dezembro de 2003 – dispõe sobre distância máxima do limite urbano das cidades para autorização de instalação de abatedouro/frigorífico, pelo SIE/MS.                                                                                                                                            |
| Portaria IAGRO/MS Nº 1.310, de 14 de agosto de 2007 – Estabelece normas de funcionamento e comercialização para indústrias de laticínios e abatedouros-frigoríficos registrados no SIE/MS e dá outras providências.                                                                                                                |
| Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003 - Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional.                                                                                                                                                            |
| Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.                                                                                                                                                                                |
| <b>REGULAMENTO GERAL PARA PRODUTOS ARTESANAIS COMESTÍVEIS DE ORIGEM ANIMAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Lei Federal nº 13.680, de 14 de junho de 2018 – Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para a dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal.                                                                                                          |
| Lei Federal nº 13.860, de 18 de julho de 2019 - Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências.                                                                                                                                                                                      |
| Decreto Federal nº 9.918, de 18 de julho de 2019 - Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal.                                                                                        |
| Instrução Normativa MAPA nº 30, de 7 de agosto de 2013 – Permitir que os queijos artesanais                                                                                                                                                                                                                                        |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| tradicionalmente elaborados a partir de leite cru sejam maturados por um período inferior a 60 (sessenta) dias, quando estudos técnico-científicos comprovarem que a redução do período de maturação não compromete a qualidade e a inocuidade do produto.                                                                             |
| Instrução Normativa MAPA nº 28, de 23 de julho de 2019 – Definir, conforme estabelecido no Manual de Construção e Aplicação do Selo Arte, o modelo de logotipo a ser utilizado na rotulagem dos produtos dos estabelecimentos registrados como artesanais nas Secretarias de Agricultura e Pecuária dos Estados e do Distrito Federal. |
| Resolução SEMAGRO nº 686 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019 - Estabelece requisitos e diretrizes, para registro no Serviço de Inspeção, de Produtos Artesanais de Origem Animal e para obtenção do selo ARTE e dá outras providências.                                                                                                          |
| Portaria IAGRO nº 3631, de 19 de novembro de 2019 - Estabelece Normas sobre a produção e a comercialização dos produtos alimentícios de origem animal, produzidos de forma artesanal no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.                                                                                         |
| Portaria IAGRO nº 3632, de 19 de novembro de 2019 - Estabelece Normas sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências                                                                                                                                             |
| <b>SISBI</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Lei Federal nº 8171 de 17/01/91 – Dispõe sobre a política agrícola.                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Lei Federal nº 9712 de 20/11/98 – Altera a Lei 8171 de 17/01/91 acrescentando-lhe dispositivos referentes à Defesa Agropecuária.                                                                                                                                                                                                       |
| Decreto Federal nº 5741 de 30/03/06 – Regulamenta os artigos 27 A, 28 A, 29 A da Lei 8171 de 17/01/91, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.                                                                                                                                                                |
| Instrução Normativa MAPA nº 19 de 24/07/06 – Estabelece os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.                                                                                                                                           |
| Instrução Normativa nº 36, de 20/07/2011 MAPA – Estabelece os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária individualmente ou por meio de consórcios.                                                                                              |
| Circular MAPA nº 52 de 20/12/06 – Dispõe sobre a padronização de procedimentos para análise de processos para adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.                                                                                                                                                          |
| Instrução Normativa MAPA nº 2/2009 de 12/02/2009 - Define o modelo de logotipo a ser inserido na rotulagem dos produtos dos estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção que aderirem ao SISBI-POA.                                                                                                                           |
| <b>Manual de Identidade Visual da Marca SISBI.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Instrução Normativa MAPA nº 16/2015 de 23/06/2015 - Estabelece, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referentes às agroindústrias de pequeno porte.                                                                                               |
| Instrução Normativa MAPA nº 05/2017 de 15/02/2017 - Estabelece os requisitos para avaliação de equivalência ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária relativos à estrutura física, dependências e equipamentos de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal.                         |
| Memorando DIPOA nº 19/2014 e Parecer CONJUR/MAPA nº 119/2014 – sobre o recebimento em estabelecimentos sob SIF de produtos oriundos de estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Estaduais e/ou Municipais aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.                                        |
| <b>CARNE E DERIVADOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Portaria MAPA nº 304, de 22/04/1996 – Dispõe sobre o abate e comercialização de carne bovina, bubalina e suína.                                                                                                                                                                                                                        |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Portaria MAPA nº 005 de 08/11/1988 - Aprova a Padronização dos Cortes de Carne Bovina, proposta pela Divisão de Padronização e Classificação de Produtos de Origem Animal.                                                                                                                                                                                                                                          |
| Normas de instalações e equipamentos relacionados com as Técnicas de Inspeção ante-mortem e post-mortem de bovinos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Portaria SDA nº 145, de 01/09/1998 - Programa de distribuição de carnes bovinas e bubalinas ao comércio varejista previamente embaladas e identificadas.                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Portaria MAPA nº 612, de 05/10/1989 - Sistema Nacional de Tipificação de Carcaças Bovinas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Instrução Normativa MAPA nº 20 de 31/07/00 - RTIQ de Almôndega, de Apresuntado, de Fiambre, de Hambúrguer, de Kibe, de Presunto Cozido e de Presunto, conforme consta dos Anexos desta Instrução Normativa.                                                                                                                                                                                                         |
| Instrução Normativa MAPA nº 34, de 28/05/2008 - Aprova o regulamento técnico da inspeção higiênico sanitária e tecnológica do processamento de resíduos de animais e o modelo de documento de transporte de resíduos animais.                                                                                                                                                                                       |
| Resolução MAPA nº 1, de 09 de janeiro de 2003 - Aprova a uniformização da nomenclatura de produtos cárneos não formulados em uso para aves e coelhos, suídeos, caprinos, ovinos, bubalinos, eqüídeos, ovos e outras espécies de animais.                                                                                                                                                                            |
| Instrução Normativa MAPA nº 83, de 21/11/2003 - Aprova os regulamentos técnicos de identidade e qualidade de carne bovina em conserva (corned beef) e carne moída de bovino.                                                                                                                                                                                                                                        |
| Instrução Normativa nº 03, de 17 de janeiro de 2000 – Regulamento técnico de Métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue.                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Instrução Normativa MAPA nº 4, de 31 de março de 2000 - Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade de Carne Mecanicamente Separada, de Mortadela, de Lingüiça e de Salsicha.                                                                                                                                                                                                                                   |
| Instrução Normativa MAPA nº 89, de 17 de dezembro de 2003 -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Portaria IAGRO/MS Nº 2.176 de 6 de dezembro de 2010 – Estabelece normas para cadastro de estabelecimentos frigoríficos, nas unidades locais da IAGRO e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                      |
| Lei Nº 3.892, de 10 de maio de 2010 – Proíbe a comercialização direta ao consumidor de carne previamente moída e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Instrução Normativa MAPA nº 17, de 29 de maio de 2018 - Regulamento Técnico sobre a identidade e requisitos de qualidade que deve atender o produto cárneo temperado.                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>SUÍNOS E DERIVADOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Portaria MAPA nº 711 de 01/11/95 – Aprova as normas técnicas de instalações e equipamentos para abate e industrialização de suínos.                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Instrução Normativa MAPA nº 21, de 31/07/00 - RTIQ de Patê, de Bacon ou Barriga Defumada e de Lombo Suíno, conforme consta dos Anexos desta Instrução Normativa.                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Instrução Normativa MAPA nº 22, de 31/07/00 - RTIQ de Copa, de Jerked Beef, de Presunto tipo Parma, de Presunto Cru, de Salame, de Salaminho, de Salame tipo Alemão, de Salame tipo Calabres, de Salame tipo Friolano, de Salame tipo Napolitano, de Salame tipo Hamburgues, de Salame tipo Italiano, de Salame tipo Milano, de Lingüiça Colonial e Pepperon, conforme consta dos Anexos desta Instrução Normativa. |
| Instrução Normativa MAPA nº 06, de 15/02/01 - RTIQ de Paleta Cozida, Produtos Cárneos Salgados, Empanados, Presunto tipo Serrano e Prato Elaborado Pronto ou Semi-Pronto Contendo Produtos de Origem Animal, conforme consta dos Anexos desta Instrução Normativa.                                                                                                                                                  |
| <b>LEITE E DERIVADOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Portaria MAPA nº 146, de 07/03/1993 – Aprova os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos Produtos Lácteos.                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Portaria MA n º 364, de 04/09/1997 - Aprova o Regulamento Técnico para Fixação de                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Identidade e Qualidade de Queijo Mozzarella (Muzzarella ou Mussarela).                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Portaria MA n ° 366, de 04/09/1997 - Aprova o Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade de Massa para Elaborar Queijo Mozzarella.                                                                                                                                                                                                  |
| Portaria MA n ° 359, de 04/09/1997 - Aprova o Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade do Requeijão ou Requesón.                                                                                                                                                                                                                  |
| Portaria MAPA nº 352, de 04/09/97 – Regulamento Técnico de identidade e qualidade do queijo minas frescal.                                                                                                                                                                                                                                          |
| Portaria 353 de 04/09/97- Regulamento Técnico de identidade e qualidade dos queijos parmesão, parmesano, sbrinz, reggiano e reggianito.                                                                                                                                                                                                             |
| Portaria MA n ° 354, de 04/09/97 - Regulamento Técnico de identidade e qualidade do doce de Leite.                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Portaria MA n ° 358 de 04 de setembro de 1997 - Regulamento Técnico de identidade e qualidade do queijo prato.                                                                                                                                                                                                                                      |
| Resolução RDC nº 222, de 05/08/2002 - Aprova o Regulamento Técnico para Promoção Comercial de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância                                                                                                                                                                                              |
| Lei Nº 11474, DE /05/07 - regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.                                                                                                                                                    |
| Instrução Normativa MAPA nº 46, de 23/10/2007 - Adota o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leites Fermentados.                                                                                                                                                                                                                        |
| Instrução Normativa MAPA nº 23 de 30/08/2012 - Estabelece o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Nata.                                                                                                                                                                                                                                  |
| Instrução Normativa 62 de 29/12/2011 – Aprovar o Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite Cru Refrigerado, do Leite Pasteurizado, da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel. (Revogada)                                                                                                 |
| Instrução Normativa MAPA nº 76 de 26/11/2018 – Regulamento Técnico de Identificação e Qualidade de Leite Cru Refrigerado.                                                                                                                                                                                                                           |
| Instrução Normativa MAPA nº 77 de 26/11/2018 – Regulamento que estabelece os critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial.                                                                                  |
| <b>PESCADOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Portaria MAPA nº 185, de 13/05/1997 – Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Peixe Fresco (Inteiro e Eviscerado).                                                                                                                                                                                                                |
| Portaria MAPA nº 2, de 09/02/1977 – Dispõe sobre as condições para aprovação dos novos estabelecimentos.                                                                                                                                                                                                                                            |
| Portaria MAPA nº 63, de 13/11/2002 - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Conserva de Peixe, Conservas de Sardinhas e Conserva de Atuns e Bonitos.                                                                                                                                                                                      |
| Portaria INMETRO / MDIC nº 38, de 11/02/2010 - Aprovar o Regulamento Técnico Metrológico que define a metodologia a ser utilizada na determinação do peso líquido de pescado, molusco e crustáceos glaciados                                                                                                                                        |
| Instrução Normativa Interministerial nº7, de 8 de Maio de 2012 - Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB), estabelece os procedimentos para a sua execução e dá outras providências.                                                                                                               |
| Instrução Normativa MPA nº 04, de 04/02/2015 - Institui o Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo - “Aquicultura com Sanidade”.                                                                                                                                                                                               |
| Instrução Normativa Interministerial MAPA/MPA nº 04, de 30/05/2014 - Estabelece a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção. |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Portaria IAGRO MS nº 3588, de 10/01/2018, republicada DO 9656 de 16/05/2018 – Aprova as diretrizes e padroniza os procedimentos referentes ao Programa Nacional de Sanidade de Animal Aquático no estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Ofício DIPES CGI/DIPOA nº 027/2011, adequação nomenclatura de produto de pesca e da Aquicultura                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Instrução Normativa MAPA nº 021 de 31 de maio de 2017, RTIQ do Pescado congelado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Instrução Normativa MAPA nº 029 de 23 setembro de 2015, Estabelece, para as principais espécies de peixes de interesse comercial, a correlação entre os seus nomes comuns e respectivos nomes científicos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Ofício Circular GA/DIPOA MAPA nº 026/2010, limite máximo de glaciamento em pescados congelados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>AVES</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Portaria MAPA nº 210, de 10/11/98 (republicada em 05.03.1999, DOU 43 seção I) - Aprova o regulamento técnico da inspeção tecnológica e higiênico-sanitária de carne de aves.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Instrução Normativa MAPA nº 89, de 17/12/03 - Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Aves Temperadas, conforme consta do Anexo desta Instrução Normativa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Ofício Circular DOI/DIPOA 007/99 de 19/05/1999 – Dispõe de registro de produtos “frango caipira ou frango colonial” ou “frango tipo ou estilo caipira” ou “tipo ou estilo colonial”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>MEL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Instrução Normativa 11, de 20/10/00 Publicada no DOU de 23/10/00 - Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Portaria 6 de 25/07/85 – Aprova as normas higiênico sanitárias e tecnológicas para mel, cera de abelhas e derivados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Ofício Circular/ DILEI/CGI/DIPOA 04/2007 – Dispõe sobre produtos apícolas adicionados de extratos vegetais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Instrução Normativa nº 03, de 19/01/01 - Aprova os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade de Apitoxina, Cera de Abelha, Geléia Real, Geléia Real Liofilizada, Pólen Apícola, Própolis e Extrato de Própolis.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>OVOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Portaria 01, de 21/02/1990 – Aprova as Normas Gerais de Inspeção de Ovos e Derivados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <del>Decreto nº 56.585, de 20 de julho de 1965 – Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização do ovo. Revogado pelo Decreto 9.013 de 29/03/17.</del>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>ANÁLISE LABORATORIAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Instrução Normativa nº 30, de 26 de junho 2018 - Ficam estabelecidos como oficiais os métodos constantes do Manual de Métodos Oficiais para Análise de Alimentos de Origem Animal, indexado ao International Standard Book Number (ISBN) sob o número 978-85-7991-111-8, disponível no sítio eletrônico do MAPA, para realização de ensaios em amostras de produtos de origem animal, oriundas dos programas e controles oficiais do MAPA, cuja adoção é compulsória pelos laboratórios integrantes da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária. |
| Resolução nº 4, de 28 de junho de 2000 - Instituir o produto denominado ‘Manteiga Comum’, para comercialização exclusiva no território nacional, que deverá atender, provisoriamente, às seguintes especificações de qualidade, até que se elabore RTIQ específico:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Resolução nº 5, de 13 de novembro de 2000 - Padrões de identidade e qualidade de leites fermentados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Resolução RDC nº 12, de 02 de janeiro de 2001 - Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

|                                                                                                                                                                                                                              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Portaria MAPA nº 146, de 07/03/1993 – Aprova os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos Produtos Lácteos.                                                                                                        |
| Portaria MA n º 364, de 04/09/1997 - Aprova o Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade de Queijo Mozzarella (Muzzarella ou Mussarela).                                                                     |
| Portaria MA n º 359, de 04/09/1997 - Aprova o Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade do Requeijão ou Requesón.                                                                                           |
| Portaria 353 de 04/09/97- Regulamento Técnico de identidade e qualidade dos queijos parmesão, parmesano, sbrinz, reggiano e reggianito.                                                                                      |
| Portaria MA n º 358 de 04 de setembro de 1997 - Regulamento Técnico de identidade e qualidade do queijo prato.                                                                                                               |
| Portaria MA n º 354, de 04/09/97 - Regulamento Técnico de identidade e qualidade do doce de Leite.                                                                                                                           |
| Instrução Normativa Nº 37, DE 31 DE OUTUBRO DE 2000 Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite de Cabra.                                                                                               |
| <b>ROTULAGEM</b>                                                                                                                                                                                                             |
| Resolução - RDC ANVISA nº 2, de 15/01/2007– Aprova o Regulamento Técnico sobre Aditivos Aromatizantes                                                                                                                        |
| Resolução ANVISA/DC Nº 26, de 02/07/2015 - Dispõe sobre os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares                                                                    |
| Resolução MAPA nº 001 de 05/07/91 - Aprovação dos memoriais descritivos de fabricação dos produtos e seus respectivos rótulos                                                                                                |
| Resolução MAPA nº 08, de 24/09/2001 - Competências para análise técnica e o registro da rotulagem de POA                                                                                                                     |
| Resolução MAPA nº 01, de 09/01/03 - Aprova a uniformização da nomenclatura de produtos cárneos não formulados em uso para aves e coelhos, suídeos, caprinos, ovinos, bubalinos, eqüídeos, ovos e outras espécies de animais. |
| Resolução-RDC ANVISA nº 13, de 02/01/2001 - Aprova o Regulamento Técnico para Instruções de Uso, Preparo e Conservação na Rotulagem de Carne de Aves e Seus Miúdos Crus, Resfriados ou Congelados.                           |
| Lei 10.674 de 16/05/2003 - Obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca.                                                |
| Instrução Normativa MAPA nº 22, de 24/11/05 – Dispõe sobre o regulamento técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado.                                                                                        |
| Resolução-RDC ANVISA nº 359, de 23/12/2003 - aprova o regulamento técnico de porções de alimentos embalados para fins de rotulagem nutricional                                                                               |
| Resolução-RDC nº 360, de 23/12/2003 - aprova o regulamento técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional                                                          |
| Portaria INMETRO nº 19, de 07 de março de 1997 – Os produtos cárneos, pré-acondicionados, devem trazer a indicação da quantidade líquida, em caráter obrigatório, no ponto de venda do consumidor final.                     |
| Portaria/ SVS/MS ANVISA nº27, de 13/01/1998 – aprova o regulamento técnico referente à informação nutricional complementar.                                                                                                  |
| Resolução-RDC nº 35, de 17 de junho de 2009 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instruções de conservação e consumo na rotulagem de ovos.                                                                                    |
| <b>APLICAÇÃO DE PENALIDADES</b>                                                                                                                                                                                              |

Lei Estadual 3.823 de 21/12/2009 - Dispõe sobre Defesa Sanitária Animal no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Lei Estadual 4.518 de 04/04/2014 – Altera a Lei Estadual 3.823/2009.

Lei 7.889 de 23/11/89 – Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências. (Federal)